

GERAL

EDIÇÃO NACIONAL

Governo do DF pede ao STF avaliação médica de Bolsonaro para saber se ele pode ficar na Papuda

A Secretaria de Administração Penitenciária de Brasília enviou um ofício ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes pedindo que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) seja submetido a uma avaliação médica para verificar se tem condições de cumprir pena no presídio da Papuda.

O documento está sob sigilo e foi enviado ao gabinete do ministro na segunda-feira, 3. O recurso de Bolsonaro à condenação por tramar um golpe de Estado será julgado a partir de amanhã, 7. A expectativa é que ele seja rejeitado e que o ex-presidente seja preso ainda

neste mês. No texto, o secretário de administração penitenciária, Wenderson Souza e Teles, pede a "avaliação de seu quadro clínico e a sua compatibilidade com a assistência médica e nutricional disponibilizadas nos estabelecimentos prisionais" de Brasília. Ele ressalta a importância da avaliação uma vez que Bolsonaro já passou por cirurgias abdominais e precisou de avaliações médicas presenciais ao longo da prisão domiciliar. O ex-presidente precisou ir a um hospital recentemente porque teve crises de soluço e refluxo. Ele também trata um câncer de pele.

Oposição apresenta pedido de impeachment contra Cláudio Castro por mortes de megaoperação

Deputados estaduais de oposição protocolaram segunda-feira, 3, um pedido de impeachment contra o governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro (PL). O motivo é a operação policial que resultou em 121 mortes nos complexos da Penha e do Alemão na última semana, considerada a mais letal da história do Estado. Os autores afirmam que o governador autorizou, legitimou e celebrou ação que produziu letalidade inédita e feriu direitos constitucionais básicos; descumpriu decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre operações policiais em comunidades do Rio (a ADPF das favelas); exaltou

publicamente o resultado letal e omitiu-se quanto à transparência e acompanhamento das mortes.

"Tais condutas configuram, em tese, crime de responsabilidade por atentado aos direitos fundamentais da população, à autoridade do Poder Judiciário, e aos princípios da administração pública; impondo-se, por isso, a instauração do processo de impeachment para preservação da Constituição e da democracia", diz o documento.

O pedido foi apresentado pela deputada estadual Renata Souza (PSOL) e conta com a assinatura de outros nove parlamentares: Dani Monteiro, Flávio Serafini, Professor Jose-

mar e Yuri Moura, também do partido; Marina do MST, Elika Takimoto e Verônica Lima, do PT; Carlos Mine (PSD); e Dani Balbi (PCdoB).

Além da abertura do processo de impeachment, os autores solicitam a realização de perícias independentes, o acesso a relatórios e dados da operação e a inelegibilidade de Cláudio Castro por oito anos. Em relatório apresentado pelo governador fluminense ao ministro Alexandre de Moraes, do STF, que é o relator da ADPF das Favelas, Castro afirmou que o uso da força, "ainda que intensa", foi necessário frente ao perfil paramilitar do Comando Vermelho. O documento elaborado pela Secretaria de Estado de Polícia Civil do Rio de Janeiro (Sepol) alega que a operação não infringiu as determinações da ADPF.

Desastre de Mariana completa 10 anos e moradores ainda buscam justiça

Auxiliar em um consultório odontológico, Mônica Santos, então com 30 anos, moradora do distrito de Bento Rodrigues, em Mariana (MG), saiu de casa para o trabalho naquele dia 5 de novembro perto das 6h da manhã. Era preciso sair cedo para chegar na hora. Ela não imaginava que só veria sua casa de novo 24 horas depois coberta de lama e que dez anos depois ainda lutaria por justiça.

Mesmo passado uma década, a dor e a visão dos escombros ainda estão nítidas em sua memória. "É como se estivesse tudo acontecendo agora", disse à Agência Brasil a líder comunitária. Atualmente, Mônica está desempregada.

Naquele dia, a barragem do Fundão, operada pela empresa Samarco, se rompeu liberando cerca de 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração. O desastre matou 19 pessoas e deixou mais de 600 desabrigadas. Outras comunidades afetadas foram Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Pedras, Águas Claras e Campinas.

Casa coberta por lama

No caso de Mônica, ela recorda que recebeu a ligação de uma prima naquela tarde, avisando o que havia ocorrido. Desesperada, buscou a mãe no trabalho e tentou ir no caminho de casa. Passou a tarde e a madru-



Naquele dia, a barragem do Fundão, operada pela empresa Samarco, se rompeu liberando cerca de 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração.

gada na estrada. O sol apontava no horizonte quando chegou a um local mais alto e conseguiu enxergar o que seria a própria casa. "Foi nesse momento que a ficha caiu. Eu não tinha mais nada".

Na casa, Mônica morava apenas com a mãe. Segundo ela, a empresa sempre deixou muito claro que a comunidade poderia dormir tranquilamente, já que a barragem era monitorada 24 horas por dia. Mônica lamenta

que, no desastre, tenha perdido cinco amigos muito próximos.

Atualmente, ela reside no reassentamento da comunidade de Novo Bento Rodrigues, entregue pela Samarco. Fica a cerca de 13 quilômetros da antiga

comunidade. "Mas a nossa casa ainda está cheia de problemas. A gente não pode falar que foi entregue 100%. Uma vez que ainda tem casa sendo construída e ainda tem morador desabrigado que nem projeto de casa tem".

A líder comunitária diz que é preciso lutar por justiça. "Enquanto eu tiver força, vou lutar para fazer com que as pessoas sejam de fato indenizadas e restituídas". Ela relata que a casa entregue pela Samarco não está ainda no nome dos desabrigados.

A principal esperança da líder comunitária é ver os contemporâneos reassentados em uma casa, que todas as vítimas sejam indenizadas e que haja responsabilização dos envolvidos. "Se tivesse acontecido a punição, não teria ocorrido a tragédia de Brumadinho (em janeiro de 2019 e que deixou 272 mortos).

Projetos antidemocráticos - Para Márcio Zonta, integrante da direção nacional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração, o desastre é um reflexo de como as decisões minerárias não estão ligadas à população.

"São projetos antidemocráticos em que as empresas não levam em consideração as organizações e populações", avaliou. Ele entende que não há, em geral, um nível de reparação mínimo ao sofrimento das pessoas e que não existe um projeto nacional de mineração para o Brasil.

O Brasil tem 916 barragens, sendo que 74 delas teriam maior risco de colapso e 91 estão em situação de alerta.

Operação no Rio: Castro envia número diferente de presos no Alemão e na Penha ao STF

O governo do Rio enviou um número diferente de presos na megaoperação que deixou 121 mortos nos complexos do Alemão e da Penha, no dia 28, ao Supremo Tribunal Federal (STF) do que havia sido divulgado pela secretaria de Segurança do Estado. Procurado pelo Estadão, o governo do Rio ainda não se pronunciou sobre a discrepância nos números.

Em documento encaminhado ao ministro Alexandre de Moraes, Castro diz que 99 pessoas foram presas, sendo 17

com mandado e 82 em flagrante. Dez adolescentes foram apreendidos.

Na sexta-feira, 31, a Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria de Polícia Civil do Rio de Janeiro informou que a Operação Contenção cumpriu 20 dos 100 mandados de prisão que motivaram a ação. De acordo com o governo, ao todo, tinhão sido 113 prisões - 14 a mais do que o informado ao STF.

A operação Contenção mirou líderes do Comando Vermelho que atuam nos complexos

da Penha e do Alemão, na zona norte do Rio. Dos 121 mortos, quatro eram policiais. Os demais 117 estariam envolvidos com o crime organizado, segundo a polícia.

A ofensiva foi realizada para cumprir 100 mandados de prisão (incluindo 30 expedidos pela Justiça do Pará). Um dos alvos principais, Edgar Alves de Andrade (conhecido como Doca ou Urso), e apontado como uma das principais lideranças da facção fora da cadeia, conseguiu escapar e encontra-se foragido.

Fabiano Contarato (ES), escolhido para presidir a CPI do Crime Organizado, foi delegado

O senador petista Fabiano Contarato (ES) foi escolhido para presidir a CPI do Crime Organizado, instalada no Senado terça-feira, 4. Delegado de polícia por 27 anos, ele foi eleito senador pelo Espírito Santo em 2018, pela Rede Sustentabilidade.

Em dezembro de 2021, ele deixou o partido pelo qual venceu o pleito e ingressou no Partido dos Trabalhadores (PT). Entre 2022 e 2023, ele foi líder da sigla de Lula no Senado. Em maio do ano passado, foi único senador do PT que votou a favor da derrota do voto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no projeto de lei que pôs fim à "saidinha" de presos.

Contarato também ganhou destaque na CPI da

Covid, em 2021, quando relatou ter sido alvo de ataque homofóbico durante depoimento do empresário Otávio Fakhoury. O senador, que é o primeiro parlamentar gay assumido da história do Senado, exigiu um pedido de desculpas e cobrou investigação sobre o caso.

Natural de Nova Venécia (ES), Contarato formou-se em Direito pela Universidade de Vila Velha, onde também foi professor. É pós-graduado em Direito Penal e Processo Penal e possui especialização em Impacts da Violência na Escola pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Antes da vida política, passou por diversos cargos na administração pública: foi delegado de delitos de trânsi-

sito por mais de dez anos, diretor-geral do Detran-ES e corregedor-geral do Estado na Secretaria de Controle e Transparência.

Em 2020, foi indicado pelo então presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil), para integrar o Conselho Nacional de Direitos Humanos, ligado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

CPI do Crime Organizado - O colegiado investigará, entre outras coisas, o tráfico, a milícia, o uso de fintechs, bancas de advocacia e criptomoedas para a lavagem de dinheiro e a necessidade de integração entre os órgãos de segurança pública e as Forças Armadas. O relator será o senador Alessandro Vieira.

PUBLICIDADE LEGAL

BM Empreendimentos e Participações S.A.
CNPJ/MF nº 12.051.345/0001-53 - NIRE nº 35.300.435.532
Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária
Considerando a solicitação da acionista CTF São Paulo B.V. datada de 31/10/2025 e nos termos do Artigo 18º do Estatuto Social da BM Empreendimentos e Participações S.A., inscrita no CNPJ nº 12.051.345/0001-53, com sede na Rua Itapeva, 538, 9º andar, conjuntos 91 e 93, CEP 0132-000 - Bela Vista, na cidade e estado de São Paulo ("Companhia") e do artigo 123 da Lei nº 6.404 de 19/12/1976 (conforme alterada), ficam convocados os acionistas da Companhia para a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 10/12/2025 às 14h (horário de São Paulo), na sede da Companhia ou por meio de videoconferência, conforme permitido expressamente pelo Parágrafo 4º do Artigo 18º do Estatuto Social da Companhia, para deliberação sobre a seguinte **ordem do dia**: (i) Eleição do Dr. Guilherme Setoguti Júlio Pereira ou, em sua falta ou impedimento, o Dr. Rafael Setoguti Júlio Pereira, advogados externos da Companhia, como presidente da mesa da assembleia e da Dra. Natália Souza, advogada interna da Companhia, como secretária da mesa da assembleia; (ii) Exame e deliberação sobre a proposta de ação de responsabilidade civil contra o Sr. Alexandre Ludovic Allard, membro do Conselho de Administração da Companhia, com fundamento no artigo 159 da Lei nº 6.404/1976, em razão de atos praticados conforme a documentação de suporte a esta assembleia geral disponibilizada na sede da Companhia; (iii) Como consequência da deliberação do item (ii) acima e nos limites dos atos apurados para fins de tal deliberação, a modificação da deliberação sobre a aprovação das demonstrações financeiras e das contas da Companhia nos exercícios sociais de 2022 e 2023, anteriormente aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinárias da Companhia realizadas em 23/03/2024 e 30/09/2024, respectivamente, a fim de deliberar sobre a sua aprovação com ressalvas, especificamente em relação aos atos praticados pelo Sr. Alexandre Ludovic Allard como conselheiro da Companhia, considerando o fim do prazo do mandato de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, considerando que a Diretoria da Companhia tomou todas as medidas necessárias para a implementação das matérias aprovadas na AGE, São Paulo - SP, 31/10/2025. (05.06 e 07/11/2025)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Leia e assine:
5584-0035

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2021, que institui a
Infraestrutura da Chaves Públicas
Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa
DIÁRIO DE NOTÍCIAS em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
<https://publilegal.diariodenoticias.com.br/>